

PORTARIA Nº 041/ 2020 / SMECT, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

***“ISOLAMENTO SOCIAL DE SERVIDORES PÚBLICOS,
NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”***

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições e, tendo em vista a delegação de competência prevista na Lei Orgânica Municipal, bem como no Decreto nº 4.091/2019, de 24 de dezembro de 2019, no exercício da Administração Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal no que diz respeito do COVID-19, isolamento social;

CONSIDERANDO o Ofício Circular nº 839/2020 – SMAGP, de 02 de abril de 2020, que requerer das Secretarias Municipais a disponibilização das informações referentes à forma de cumprimento dos trabalhos dos servidores, dentre outros.

CONSIDERANDO o Decreto do Governo do Estado de Goiás para isolamento social.

R E S O L V E:

Art. 1º - Implantar os trabalhos Home Office e escalas de serviços nos ambientes da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e tecnologia, bem como nas Unidades de ensino público municipal, em caráter excepcional e temporário, como medida necessária à continuidade do funcionamento e do desenvolvimento das atividades institucionais e em virtude da atual situação de emergência em saúde pública e pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde, em decorrência do coronavírus.

PARÁGRAFO ÚNICO – Tal medida se faz necessária pra assegurar a saúde dos servidores públicos e cidadãos desta municipalidade, a fim de evitar aglomerações e risco de contágio pelo COVID-19.

Art. 2º - O regime de trabalho Home Office de que trata esta Portaria abrange todos os setores que integram a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação,

Ciência e Tecnologia, cujas atividades possam ser desenvolvidas remotamente, desde que não sejam consideradas essenciais.

§ 1º – O trabalho remoto deverá ocorrer todos os dias úteis, sob supervisão de seu chefe imediato, no caso de professor, conforme o ofício N° 382/2020 de 26 de Março de 2020;

§ 2º O regime excepcional de Home Office não implica em desoneração do cumprimento das atribuições funcionais, de forma que devem permanecer em regular exercício e à disposição das respectivas chefias, a fim de assegurar a continuidade da prestação do serviço público.

§ 3º Os servidores poderão ser convocados a qualquer tempo pelo chefe imediato para o desenvolvimento de atividades presenciais que não possam ser realizadas remotamente.

Art. 3º - É dever do servidor sob o regime de Home Office de que trata esta Portaria:

I - cumprir as tarefas que lhe forem designadas pela chefia imediata dentro dos prazos e requisitos estabelecidos, observados os padrões de qualidade;

II - permanecer disponível para contato imediato por meio telefônico ou por qualquer outra ferramenta de comunicação remota disponível, no mesmo período em que deveria exercer suas atribuições presencialmente;

III – os servidores lotados nas Unidades de Ensino devem manter-se conectados ao SIG (Sistema de Gestão Escolar), acessá-lo em todos os dias úteis;

IV - preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, mediante observância às normas e orientações pertinentes, sob pena de responsabilidade, nos termos da legislação em vigor;

V - desenvolver suas atividades no Município de Águas Lindas de Goiás ou onde comprovadamente residir, não se ausentando em dias de expediente, sem autorização prévia formal do chefe imediato;

VI - elaborar relatório semanal das atividades realizadas na unidade ao chefe imediato.

PARÁGRAFO ÚNICO – As atividades deverão ser cumpridas diretamente pelo servidor em regime de Home Office, sendo vedada a sua realização por terceiros.

Art. 4º - É responsabilidade da chefia imediata:

I - planejar, coordenar e controlar a execução do Home Office em sua área de competência;

II - monitorar o desempenho dos servidores em Home Office;

III - fornecer, sempre que demandado, dados e informações sobre o andamento do Home Office na sua unidade organizacional;

Art. 5º - As atividades tidas como essenciais, fica estabelecido o regime de escala, que deverá ser em dia sim, outro não, com a carga horária normal, sob supervisão de seu chefe imediato, de forma a evitar aglomerações;

§ 1º – Na impossibilidade de execução dos trabalhos, no regime de escala de trabalho, deve o serviço ser cumprido presencialmente, nos dias úteis, com a carga horária normal, sob supervisão de seu chefe imediato, de forma a evitar aglomerações;

Art. 6º - As atividades desenvolvidas no ambiente de Secretaria Escolar e da Gestão Escolar são tidas como essenciais, portanto, indispensável o trabalho presencial, permitido o regime trabalhos em regime de escala entre Gestor Escolar e Secretário Escolar, em dias intercalados.

PARÁGRAFO ÚNICO – os chefes imediatos deverão emitir relatório das referidas escalas de seus postos de trabalho para a Diretoria de Gestão de Pessoas desta Secretaria, contendo nome do servidor público, matrícula, seu regime de trabalho nesse período, bem como outras informações necessárias para a boa administração, conforme trata o Ofício Circular nº 839/2020 – SMAGP, de 02 de abril de 2020.

Art. 7º - Autorizar o afastamento dos trabalhos o servidor público municipal que se encontram no grupo de risco, devendo esse formalizar sua solicitação de afastamento ao seu chefe imediato, devendo esse chefe seguir o estabelecido no parágrafo único do artigo 6º desta portaria.

Art. 8º - Cessada a causa autorizativa do Home Office e do regime de escala de trabalho prevista nesta Portaria, em atendimento ao estabelecido no Decreto Estadual, o servidor deverá retornar ao trabalho normal no primeiro dia útil subsequente.

Art. 9º - Os casos omissos na aplicação do disposto nesta Portaria serão dirimidos pela SMECT, representada pela Diretoria de Gestão de Pessoas desta Secretaria.

Art. 10 - O descumprimento ao que trata esta Portaria é passível de aplicação de sanções administrativas de acordo com as legislações em vigor.

Art. 11 - Os efeitos desta Portaria ficam mantidos enquanto perdurar a situação de emergência, no âmbito da saúde pública no Município de Águas Lindas de Goiás, declarada pelo Poder Executivo.

Art. 12 - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data revogando-se as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos ao dia 17/03/2020.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte (02-04-2020),

DEUSIMAR MACEDO BEZERRA
Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Decreto nº 4.091/2019